

12492 - Limites e potencialidades para a certificação da produção orgânica de unidades rurais de base familiar do Paraná

Limits and potential for organic production certification in small family-based farms in the state of Paraná

OKUYAMA, Kássio Kiyoteru¹; VRIESMAN, Alice Karine¹; ROCHA, Carlos Hugo¹; WEIRICH NETO, Pedro Henrique¹; MOURA, Ivan César¹; RIBEIRO, Diogenes Raphael Soares¹

1 Universidade Estadual de Ponta Grossa, lama1@uepg.br

Resumo: Como forma de avaliação e de formalizar a produção orgânica apresenta-se a necessidade da certificação. Esse processo é complexo em particular para a agricultura de base familiar. Nesse sentido, parceria estabelecida entre instituições estaduais de ensino superior, Instituto Tecnológico do Paraná e Secretaria da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior viabilizou o Programa Paranaense de Certificação de Produtos Orgânicos. A unidade deste programa na Universidade Estadual de Ponta Grossa tem desenvolvido serviços de assistência técnica e extensão rural (ATER) para agricultores familiares para obtenção da certificação orgânica, em diferentes regiões do Paraná. Foram realizados 145 estudos de caso, identificando-se unidades com potencialidade para certificação, seguido da elaboração de plano de manejo e mapeamentos representativos das unidades para rastreabilidade. Doze unidades foram certificadas e outras 30 estão sendo acompanhadas no processo de certificação. Discute-se a potencialidade de efetivar o segmento como alternativa para a agricultura familiar, destacando-se a necessária consolidação da de ATER.

Palavras - Chave: Agroecologia, políticas públicas, conformidade orgânica

Abstract: As a way to formalize the evaluation of organic production has been necessary the certification of production systems. This process is complex particularly for small family-based farms. In order to incentive certification a partnership of public universities, the Technological Institute of Paraná and the Paraná State Science, Technology and Higher Education Secretary, established the State Program for Certification of Organic Products. The unity of this program at the State University of Ponta Grossa, Brazil has promoted technical assistance and rural extension for family-based farms to obtain organic certification in different regions of Parana. It was elaborated 145 case studies, identifying units with the potential for certification, followed by the development of a management plans and maps of management units for organic production traceability. Twelve units have been certified and another 30 are currently being followed in the certification process. It is discussed the potential effect of certification as an alternative for family farmers, especially the necessary consolidation of technical assistance and rural extension service.

Key Words: Agroecology, public policies, conformity organic

Introdução

O sistema de produção orgânica de alimentos vem ganhando destaque, pois se fundamenta em princípios que atendem à sustentabilidade. Esse sistema faz o uso de

produtos alternativos, frente aos insumos químicos amplamente adotados nos sistemas de produção convencional, beneficiando a saúde do produtor rural e dos consumidores (Sachuk & Augusto, 2008). Essas características conferem o diferencial que proporciona a procura crescente pelo consumidor, motivados pela preocupação com a saúde pessoal e familiar (Araújo et al., 2007).

Assim, fez-se necessária o uso de medidas legais para tentar garantir a qualidade dos produtos. No ano de 2003, instituíram-se as condições obrigatórias para a produção e comercialização dos produtos da agricultura orgânica (Brasil, 2003). Dentro desse conjunto de medidas, ressalta-se a necessidade de avaliação da conformidade da produção. Embora a certificação para os produtos orgânicos no Brasil tenha surgido recentemente, esse processo tende a ser estendido, tendo em vista a crescente exigência por parte dos países importadores (Araújo et al., 2007).

Entretanto, o processo de certificação, fiscalização e a necessária assistência técnica, representam custos adicionais aos produtores (Santos & Monteiro, 2004), tornando o processo complexo e distante do produtor rural, em especial o de base familiar. Assim, uma grande parcela de produtores atua em condições informais em sistemas de produção orgânicos e agroecológicos (Silva César et al., 2008).

Nesse sentido, em 2009, teve início o Programa Paranaense de Certificação de Produtos Orgânicos (PPCPO), composto por núcleos formados no âmbito das instituições de ensino superior, para estreitar o caminho entre a certificação orgânica e o produtor rural. Os trabalhos desenvolvidos pelo núcleo da Universidade Estadual de Ponta Grossa, no âmbito deste programa, possibilitaram identificar limites e potencialidades do processo de certificação para a agricultura familiar, discutidos a seguir.

Metodologia

O Núcleo da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG) do PPCPO, coordenado pelo Laboratório de Mecanização Agrícola, tem atuado nas regiões Centro-Oriental (Carambeí, Castro, Palmeira, Piraí do Sul, Ponta Grossa), Sudeste (Guamiranga, Fernandes Pinheiro, Imbituva, São João do Triunfo, São Mateus do Sul, Teixeira Soares), Norte-Central (Candido de Abreu), Metropolitana (Lapa, Rio Negro) e Norte Pioneiro (Siqueira Campos). Visou-se atender a demanda existente em unidades rurais de base familiar.

O trabalho tem início com a formulação dos estudos de caso, através de diálogo informal junto ao produtor rural. Busca-se esclarecer todas as etapas associadas ao processo de certificação e as exigências legais para tal. Identificam-se as inconformidades e, de modo participativo, buscam-se as melhores estratégias para saná-las.

Segue-se com a confecção do plano de manejo, o qual detalha as técnicas de produção. Este deve conter as informações solicitadas pela legislação. Os registros de controle, informações das culturas produzidas e comercializadas, além dos insumos comprados ou produzidos, assim como a aplicação dos mesmos, são redigidos para os cadernos de campo, que devem ser mantidos por cinco anos.

Valendo-se do Sistema de Informações Geográficas (SIG), realiza-se o mapeamento da

unidade rural. Os mapas contêm a identificação individual de cada gleba para que assim seja possível a rastreabilidade da produção e o cruzamento com os dados descritos no caderno de campo.

Observando-se esses critérios, agendam-se as auditorias para a certificação. No caso de inconformidades, há a possibilidade de saná-las, via adoção de ações corretivas para contemplar as exigências legislativas.

Resultados e discussão

Realizaram-se estudos de casos em 145 propriedades rurais de base familiar em 15 municípios. As certificações concedidas totalizam 12, sendo que 11 relacionadas à produção vegetal, em especial hortaliças, e um caso relacionado à extração sustentável. Pode-se verificar que, as propriedades certificadas possuem como base econômica as culturas de ciclo curto, pois não exigem grandes extensões de terra (Moreira, 2010). Isso é resultado do padrão fundiário das propriedades, típico das regiões trabalhadas.

Os mercados institucionais têm absorvido parte desta produção e tornam-se catalisadores para esse padrão de exploração. Esses mercados mostram-se positivos ao evitar uma possível pressão competitiva no varejo, além de não estimular “atravessadores” e agregar valor à produção da agricultura familiar. Os valores pagos aos produtos certificados orgânicos no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) são 30% maiores do que os pagos aos convencionais (Castro Neto et al., 2010).

Observou-se baixa proporção dos estudos de casos convertidos em certificação efetiva, apenas 12 (8%). O desconhecimento da legislação e consequente adoção de práticas não compatíveis às normas mostraram-se evidente em diferentes unidades rurais, dificultando a adequação das propriedades. Os problemas encontrados dizem respeito pelo período de conversão exigido, uso de técnicas ou produtos incompatíveis às exigências legais, ou ainda pela produção de subsistência no qual não se faz necessário a certificação.

Puderam-se verificar dificuldades nos registros das práticas adotadas nas unidades de produção. Os produtores questionam a obrigatoriedade dos registros ao adotar o sistema orgânico, e pela ausência dessa exigência nos sistemas convencionais. Nesse sentido, a formulação e adoção de cadernos de campo, associados ao mapeamento de uso das terras nas unidades rurais em imagens de sensoriamento remoto, têm se mostrado eficiente. Essa base de dados material vem sendo utilizada para o planejamento ambiental da propriedade, buscando adequar áreas produtivas e àquelas protegidas pelo Código Florestal (Brasil, 1965). Identificam-se, assim, as Áreas de Preservação Permanente (APP) e de Reserva Legal (RL) existente e a recuperar, tornando possível a regularização ambiental destas propriedades.

A demanda pela certificação orgânica animal mostrou-se reduzida comparada à da produção vegetal, pois a certificação animal mostra-se complexa devido às exigências legais quanto à infraestrutura adequada para o processamento, armazenamento e transporte desses alimentos. Em suma, inexistência de canais de comercialização que possibilitem o escoamento dos produtos animais oriundos de sistema orgânico (Fonseca, 2002).

Apesar das dificuldades encontradas, pode-se visualizar o potencial do sistema de produção orgânica como alternativa para a agricultura familiar. O processamento mínimo de hortaliças vem ganhando a preferência do mercado consumidor, sendo a tendência mundial para o consumo de alimentos saudáveis, frescos e de alta qualidade (Dantas et al., 2004).

Há necessidade de assistência técnica rural (ATER) frente às exigências específicas da legislação em todas as etapas que envolvem o sistema orgânico de produção. Mesmo alcançado o título de conformidade de produção, faz-se necessário o acompanhamento para subsidiar o agricultor com informações técnicas e garantir continuidade dos registros e adequação dos planos de manejo.

Agradecimentos

Secretaria da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (SETI), Instituto de Tecnologia do Paraná (TECPAR) e aos agricultores rurais.

Bibliografia Citada

ARAÚJO, D.F.S.; PAIVA, M.S.D.; FILGUEIRA, J.M. Orgânicos: expansão de mercado e certificação. **Holus**, vol. 3, 2007.

BRASIL. Código Florestal Brasileiro. Lei Federal nº 4.771, de 15 de setembro de 1965. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L4771.htm. Acesso em: 15 mar. 2011.

BRASIL. Lei Federal nº 10831, de 23 de dezembro de 2003. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.831.htm Acesso em: 01 ago. 2011

CASTRO NETO, N.; DENUZI, V.S.S.; RINALDI, R.N.; STADUTO, J.A.R. Produção Orgânica: um potencial estratégico para a agricultura familiar. **Revista Percursos**, Maringá, vol. 2, n. 2, p. 73-95, 2010.

DANTAS, M.I.S.; MINIM, V.P.R.; PUSCHMANN, R.; CARNEIRO, J.D.S.; BARBOSA, R.L. Mapa de preferência de couve minimamente processada. **Horticultura Brasileira**, Brasília, v. 22, n. 1, p. 101-103, jan-mar 2004.

FONSECA, M.F. Certificação de sistemas de produção e processamento de produtos orgânicos de origem animal: histórias e perspectivas. **Caderno de Ciência e Tecnologia**, Brasília, v. 19, n. 2, p. 267-297, maio-agosto 2002

MOREIRA, M.G. **Análise da conjuntura agropecuária safra 2010/11: olericultura**. Secretaria do Estado de Agricultura e Abastecimento, Departamento de Economia Rural, outubro de 2010

SACHUK, M.I.; AUGUSTO, C.A. Competência e Competitividade na Agricultura Orgânica em Pequenos Empreendimentos Rurais na Região Noroeste do Paraná. **Revista da Micro e Pequena Empresa**, Campo Limpo Paulista, v.2, n.2, p. 4-20, 2008.

SANTOS, Graciela Cristina dos; MONTEIRO, Magali. Sistema Orgânico de Produção de Alimentos. **Alimento e Nutrição**, v. 15, n. 1, p. 73 – 86, 2004, Araraquara.

Silva César, Aldara da; Otávio Batalha, Mário; Lopes Pimenta, Márcio. A CERTIFICAÇÃO ORGÂNICA COMO FATOR ESTRATÉGICO NA GOVERNANÇA DAS TRANSAÇÕES NO MERCADO DE ALIMENTOS. **Organizações Rurais & Agroindustriais**, vol. 10, n. 3, setembro - dezembro, 2008, pp. 376-386.